

Nº ORDEM	DE	NOME DO OCUPANTE	NOME DO IMÓVEL	LOCALIDADE
01		Manoel Nogueira da Costa	-	Comunidade Aurora
02		Romulo de Melo Sales	-	Comunidade Aurora
03		Manoel Silva da Silva	-	Comunidade Aurora
04		Francisco Ramos da Silva	-	Comunidade Soriano 1
05		Vanderley Benevide Lopes	Soriano 1	Comunidade Soriano 1
06		Pedro Sampaio Gertude	Soriano 2	Comunidade Soriano 2
07		Raimundo da Graças Nunes De Paula	Soriano 2	Comunidade Soriano 2
08		Manoel Furtuoso da Silva	-	Igarapé Preto Da Solidade (Comunidade Saledade)
09		José Raimundo Viana da Silva	-	Comunidade Da Providência
10		Espólio de Regino Torquato de Souza	-	Comunidade Mamoal
11		Manuel Ricardo Figueiredo	-	Comunidade Coringa
12		Antonio Souza da Silva	-	Barro Vermelho
13		Antonio Ramos Pereira	-	Comunidade Santana
14		Antonio Souza e Souza	-	Comunidade Altamira
15		Espólio de Jurandir Arcoverde Cavalcante	-	Seringal Santa Luzia
16		"Tuxão"	-	Comunidade Veneza
17		Edoel José Ferreira Alves	Soledade 2	-
18		Edoel José Ferreira Alves	Solidade 1	-
19		Edoel José Ferreira Alves	Seringal Pilão	-
20		Edoel José Ferreira Alves	Seringal Soriano	-
21		Orizon Fares Cavalcante	Cubio	-
22		JCS Topografia Ltda	Taoca	-
23		Júlio César Simplício de Araújo	Taoca	-

GENOVEVA AMORIM - Antropóloga-coordenadora do Grupo Técnico Portaria nº 1048, de 18 de julho de 2024.

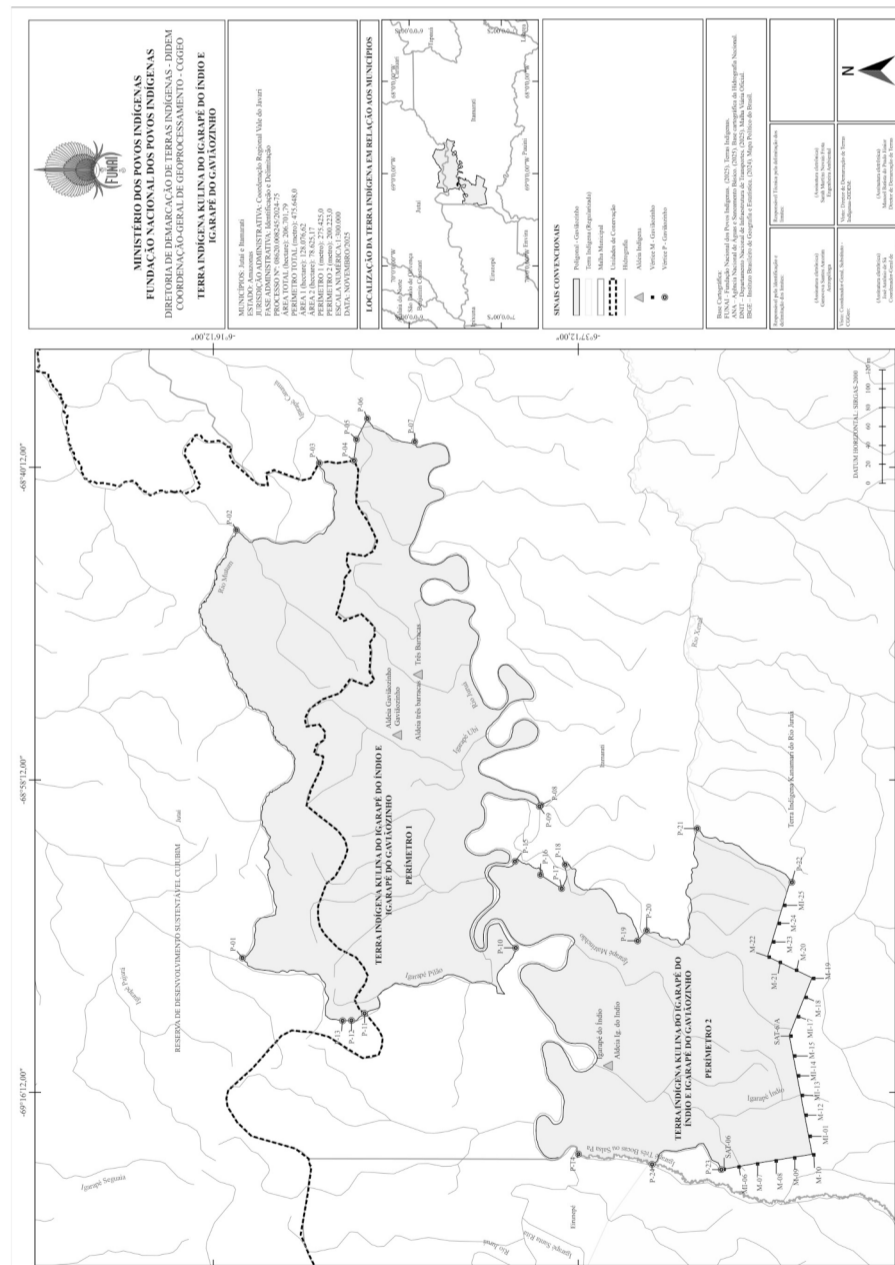
VII - CONCLUSÃO E DELIMITAÇÃO

Após levantamento de dados de campo e análise bibliográfica, o Grupo Técnico responsável pela elaboração do Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Kulina do Igarapé do Índio e Igarapé do Gaviãozinho concluiu pela ocupação tradicional e permanente do povo Kulina em área com superfície aproximada de 206.701,79 hectares e perímetro aproximados de 475,8 quilômetros, localizada nos municípios de Itamarati e Jutai, no Estado do Amazonas, conforme mapa e memorial descritivo apresentados a seguir. A área identificada está parcialmente sobreposta à Reserva de Desenvolvimento Sustentável Cujubim, Unidade de Conservação criada pelo Governo do Estado do Amazonas em 2003. Os limites da terra indígena levam em conta as áreas de uso e ocupação apontadas pelos Kulina com destaque para igarapés, lagos, varadouros que sustentam atividades produtivas, práticas culturais e a sua reprodução física e cultural. O território é delimitado: À Oeste, pela margem direita do rio Juruá, iniciando na foz do igarapé Três Bocas, incluindo áreas de importância histórica e ambiental como furos e varadouros antigos. Ao Sul, pela cabeceiras dos igarapés Índio, Matrinxã, Preto e Coringa, que constituem zonas de preservação de recursos ambientais essenciais ao bem-estar do povo Kulina. À Leste, pelas regiões entre as margens do rio Juruá, formando um corredor socioecológico que conecta áreas como Santa Luzia, Flechal, Lago do Veneza e Fura da Rodagem, todas de alto valor simbólico, como cemitérios, aldeias antigas, e produtivo, sítios de pesca, caça e coleta. Ao Norte, pelos rios Mutum, Pajurá e Pilão, cujas cabeceiras são fundamentais para a manutenção dos recursos naturais e culturais. Na região do Igarapé do Gaviãozinho e Três Barracas estão áreas habitadas de forma permanente e importantes para as atividades produtivas do povo Kulina, bem como as necessárias à sua reprodução física e cultural. Assim, estão asseguradas as condições de sustentabilidade dos recursos naturais imprescindíveis para a atual e as futuras gerações de indígenas que habitam a Terra Indígena. Considerando que os resultados obtidos demonstraram clara e inequivocadamente, se tratar de terras como aquelas definidas no artigo 231 da Constituição Federal, isto é, terras tradicionalmente ocupadas, é forçoso garantir aos indígenas seu usufruto exclusivo, cabendo à União proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se a descrição deste perímetro no ponto P-01, de coordenadas geográficas (Latitude, Longitude) aproximadas 6°17'52,8044"S e 69°08'27,1229"WGr., situado na foz do Igarapé Pajurá, deste, segue pela margem direita do Rio Mutum, a jusante, numa extensão de 61.656,8736 m., confrontando com a Reserva de Desenvolvimento Sustentável-RDS Cujubim, segue até o ponto P-02, de coordenadas geográficas aproximadas 6°17'31,7843"S e 68°43'49,0125"WGr., situado na confluência entre o Rio Mutum e um rio sem denominação, segue pela margem esquerda do rio sem denominação, a montante, confrontando com a RDS Cujubim, numa extensão de 19.276,60 m., até sua nascente, no ponto P-03, de coordenadas geográficas aproximadas 6°22'17,9755"S e 68°39'57,3986"WGr., localizado no limite entre os municípios de Itamarati e Jutai, daí, segue pelo limite municipal, direção sul, até o ponto P-04, de coordenadas geográficas aproximadas 6°24'17,6830"S e 68°39'48,7840"WGr., daí, segue por linha ideal até o ponto P-05 de coordenadas geográficas aproximadas 6°24'26,3084"S e 68°38'35,7318"WGr., deste, segue por linha ideal até o ponto P-06 de coordenadas geográficas aproximadas 6°25'03,9970"S e 68°37'23,6460"WGr., situado na nascente do Rio Furo da Rodagem, daí, segue pela margem direita do referido rio, a jusante, numa extensão de 6.276,84 m. até o ponto P-07, de coordenadas geográficas aproximadas 6°27'47,6025"S e 68°38'43,4586"WGr., situado na foz do Rio Furo da Rodagem com o Rio Juruá, daí, segue, pela margem esquerda do Rio Juruá, a montante, numa extensão de 97.458,44 m. até o ponto P-08, de coordenadas geográficas aproximadas 6°35'03,0117"S e 68°59'38,9985"WGr., daí segue por linha ideal até o ponto P-09, de coordenadas geográficas aproximadas 6°34'58,0797"S e 68°59'43,6055"WGr., situado na margem esquerda do Rio Juruá, deste, segue pela margem esquerda do rio, a montante, numa extensão de 39.631,36 m. até o ponto P-10, de coordenadas geográficas aproximadas 6°33'36,2689"S e 69°07'52,3404"WGr., localizado na foz do Igarapé Pilão, deste, segue pela margem esquerda do Igarapé Pilão, a montante, numa extensão de 24.184,88 m. até o ponto P-11, de coordenadas geográficas aproximadas 6°24'54,3035"S e 69°11'38,9304"WGr., situado no limite municipal entre Itamarati e Jutai e limite da RDS Cujubim, daí, segue por um afluente do Igarapé Pilão, a montante, numa extensão de 1.697,66 m. até o ponto P-12, de coordenadas geográficas aproximadas 6°24'08,9984"S e 69°12'03,2978"WGr., localizado na cabeceira do afluente, daí, segue por linha ideal até o ponto P-13, de coordenadas geográficas aproximadas 6°23'38,4119"S e 69°12'04,2154"WGr., localizado na cabeceira de um igarapé tributário do Igarapé Pajurá, segue, pela margem direita do tributário e pelo Igarapé Pajurá, a jusante, até a sua foz no ponto P-01, local onde se inicia a descrição deste perímetro. PERÍMETRO 2 - Margem Direita do Rio Juruá: Inicia-se a descrição deste perímetro no ponto P-14, de coordenadas geográficas aproximadas 6°37'12,8358"S e 69°19'44,9162"WGr., situado na foz do Igarapé Três Bocas ou Salsa Paraná, com o Rio Juruá, deste, segue pela margem direita do Rio Juruá, a jusante, numa extensão de 78.523,59 m. até o ponto P-15, de coordenadas geográficas aproximadas 6°33'33,8763"S e 69°02'53,6337"WGr., situado no encontro do Rio Juruá com a foz de um rio sem denominação, na localidade denominada Praia da Providência, daí segue pela margem esquerda do rio sem denominação, a montante, numa extensão de 4.082,61 m., até sua nascente no ponto P-16, de coordenadas geográficas aproximadas 6°35'01,7413"S e 69°03'40,2441"WGr., daí, segue por linha ideal até o ponto P-17, de coordenadas geográficas aproximadas 6°36'14,7984"S e 69°04'27,4009"WGr., situado na nascente de um igarapé sem denominação, daí, segue pela margem direita do referido igarapé, a jusante, numa extensão de 2.699,32 m. até o ponto P-18, de coordenadas geográficas aproximadas 6°36'27,0712"S e 69°03'04,6645"WGr., situado na confluência com outro igarapé sem denominação, deste, segue pela margem esquerda do

igarapé sem denominação, a montante, numa extensão de 13.521,30 m. até sua nascente, no ponto P-19, de coordenadas geográficas aproximadas 6°40'37,2055"S e 69°07'27,9830"WGr., daí, segue por linha ideal até o ponto P-20, de coordenadas geográficas aproximadas 6°41'08,5518"S e 69°06'52,8104"WGr., situado em uma confluência de um igarapé e o Igarapé Coringa, deste, segue pela margem direita do Igarapé Coringa, a jusante, numa extensão de 18.464,60 m. até o ponto P-21, de coordenadas geográficas aproximadas 6°44'03,5270"S e 69°00'59,9693"WGr., situado na margem esquerda de um tributário do Rio Xeruá, daí segue pela margem esquerda do tributário, a montante, numa extensão de 12.126,14 m. confrontando com a Terra Indígena Kanamari do Rio Juruá, até o ponto P-22, de coordenadas geográficas aproximadas 6°49'29,9537"S e 69°04'05,7434"WGr., deste ponto, segue a oeste, pelo limite da Terra Indígena Kanamari do Rio Juruá, passando pelos seguintes vértices da terra indígena: M1-25, de coordenadas geográficas 6°49'05,6343"S e 69°05'25,5273"WGr.; M-24, de coordenadas geográficas 6°48'46,8641"S e 69°06'27,7972"WGr.; M-23, de coordenadas geográficas 6°48'27,6338"S e 69°07'31,6071"WGr., M-22; de coordenadas geográficas 6°48'11,7636"S e 69°08'24,1871"WGr., M-21; de coordenadas geográficas 6°48'50,1548"S e 69°08'42,6070"WGr.; M-20, de coordenadas geográficas 6°49'46,4066"S e 69°09'09,6169"WGr.; M-19, de coordenadas geográficas 6°50'45,4785"S e 69°09'37,9868"WGr.; M-18, de coordenadas geográficas 6°50'19,5580"S e 69°10'43,7367"WGr.; M-17, de coordenadas geográficas 6°49'53,2776"S e 69°11'50,2366"WGr.; SAT-6/A, de coordenadas geográficas 6°49'26,7971"S e 69°12'57,0765"WGr.; M-15, de coordenadas geográficas 6°49'40,0878"S e 69°14'05,8764"WGr.; M-14, de coordenadas geográficas 6°49'53,3085"S e 69°15'14,3563"WGr.; M-13, de coordenadas geográficas 6°50'06,3693"S e 69°16'22,2461"WGr.; M-12, de coordenadas geográficas 6°50'19,4800"S e 69°17'30,4660"WGr.; M-11, de coordenadas geográficas 6°50'33,4908"S e 69°18'43,4959"WGr.; M-10, de coordenadas geográficas 6°50'45,7614"S e 69°19'47,4557"WGr.; M-09, de coordenadas geográficas 6°49'39,9295"S e 69°19'58,1058"WGr.; M-08, de coordenadas geográficas 6°48'35,8777"S e 69°20'08,4558"WGr.; M-07, de coordenadas geográficas 6°47'31,7458"S e 69°20'18,8158"WGr.; M-06, de coordenadas geográficas 6°46'27,5139"S e 69°20'29,1858"WGr.; até o vértice SAT-06, de coordenadas geográficas 6°45'36,0724"S e 69°20'37,4858"WGr., localizado na cabeceira do Igarapé Matrinxã; daí, segue por linha ideal, até o ponto P-23, de coordenadas geográficas aproximadas 6°45'26,3448"S e 69°20'38,4377"WGr., situado na nascente de um afluente do Igarapé Três Bocas ou Salsa Paraná, daí segue pela margem direita do afluente, a jusante, numa extensão de 9.925,60 m. até sua foz, no ponto P-24, de coordenadas geográficas aproximadas 6°41'27,1147"S e 69°20'20,2302"WGr., situado no encontro com o Igarapé Três Bocas ou Salsa Paraná, daí segue pela margem direita, a jusante, até o ponto P-14, local onde se inicia a descrição deste perímetro. Observações: 1- Base cartográfica utilizada para elaboração deste memorial descritivo de delimitação: 1066 - SB-19-Y-B-VI ;1067 - SB-19-Z-A-IV ;987 - SB-19-Y-B-III ;988-2 - SB-19-Z-A-I-2 ;988-4 - SB-19-Z-A-I-4 ;988-3 - SB-19- Z-A-I-3 (DSG, 2014) - escala 1:50.000 e MIR 185, 186, 212, 213 (DSG,1984) - escala 1: 250.000. 2- As coordenadas geográficas indicadas na descrição dos perímetros estão referenciadas ao Datum SIRGAS 2000 (Decreto n. 5.334, de 6 de janeiro de 2005, da RPR 01/2005, de 25 de fevereiro de 2005, e da RPR 04/2012, de 18 de abril de 2012. 3-As coordenadas geográficas indicadas aos marcos comuns com a TI Kanamari do Rio Juruá e referenciadas ao Datum SAD69 (originalmente) se encontram convertidas ao Datum SIRGAS 2000 para utilização neste memorial.



DESPACHO DECISÓRIO Nº 155/2025/PRES-FUNAI

A PRESIDENTA DA FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS - FUNAI, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, em conformidade com o § 7º do art. 2º do Decreto 1775/96, tendo em vista o Processo nº 08620.013417/2018-84 e considerando o Resumo do Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação (9367070) de autoria da antropóloga Genoveva Santos Amorim, que acolhe, face às razões e justificativas apresentadas, decide:

APROVAR as conclusões objeto do citado resumo para, afinal, reconhecer os estudos de identificação e delimitação da Terra Indígena Kulina do Rio Ueré (AM), de ocupação tradicional do povo indígena Kulina (Madijá), com superfície aproximada de 274.526 hectares e perímetro aproximado de 341,5 km, localizada nos Municípios de Caruaru, Tapauá e Tefé, no Estado do Amazonas.

JOENIA WAPICHANA



ANEXO

RESUMO DO RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE IDENTIFICAÇÃO E DELIMITAÇÃO DA TERRA INDÍGENA KULINA DO UERÉ

Referência: Processo FUNAI n.º 08620.013417/2018-84. Denominação: Terra Indígena Kulina do Rio Ueré. Superfície aproximada: 274.526 hectares. Perímetro aproximado: 341.534 metros. Localização: municípios de Carauari, Tapauá e Tefé/Amazonas. Povo indígena: Kulina (Madiha). População atual: 257 pessoas. Grupo Técnico constituído pela Portaria n.º 649/PRES/FUNAI, de 19 de abril de 2023, coordenado pela antropóloga Genoveva Santos Amorim.

I - DADOS GERAIS:

A Terra Indígena Kulina do Rio Ueré, com 257 habitantes, está localizada no estado do Amazonas, distribuída entre os municípios de Carauari (61,3%), Tapauá (30,5%) e Tefé (8,2%), situados na região sudoeste do estado. A área encontra-se inserida integralmente no bioma Amazônia, caracterizado por florestas tropicais densas, com elevada biodiversidade e redes hidrográficas extensas que desempenham papel fundamental na dinâmica socioambiental da região. Os Kulina, autodenominados Madija, falam uma língua própria que pertence à família linguística Arawá. A origem do termo "Kulina", por sua vez, é incerta, mas pode ter sido designada pelos vizinhos Katukina. Quem primeiro registrou informações sobre os Kulina no rio Juruá foi o geógrafo inglês William Chandless (1869), ao realizar uma expedição no ano de 1867. Tal registro "tardio" deve-se ao fato de que os Kulina sempre se estabeleceram em locais de difícil acesso às frentes de expansão, sobretudo para os "coletores de drogas do sertão" e caçadores. Assim, as primeiras expedições de coletores nos rios Juruá e Purus permitiam uma visão restrita da região, pois os exploradores conheciam apenas a várzea e evitavam adentrar as florestas de terra firme, de maneira que são pouco expressivos os registros históricos sobre os Kulina anteriores ao século XIX. Os registros de Chandless já indicavam a presença dos Kulina em uma faixa ampla de terra (a margem direita do rio) que vai do Alto Juruá (rio Gregório) até a região do rio "Chiruan" (rio Xeruá), confirmando que os Kulina ocupavam grandes extensões do rio Juruá antes do processo colonizador. Com a exploração da borracha, intensificada na região do interflúvio Juruá-Purus no final do século XIX, grandes deslocamentos e violências contra os povos indígenas foram realizados. De 1905 a 1926, o etnólogo francês Paul Rivet e o missionário Constant Tastevin puderam produzir registros etnográficos e linguísticos sobre os grupos indígenas situados na região e, de modo especial, coletaram informações sobre a língua, localização, organização social, xamanismo e rituais kulina. Tastevin reitera a informação de Chandless, que localizou os Kulina na margem direita do rio Juruá, no rio Xeruá e no rio Tarauacá. Na época Tastevin identificou dois grupos Kulina, um deles à altura do rio Marari, na região do alto Tapauá, nas proximidades da atual TI Kulina do Rio Ueré. No mapa "Divisões Eclesiásticas do Amazonas", Tastevin localiza os "Kurina" na região das cabeceiras do rio "Eré" (Ueré) e no rio Bauana Preto, comprovando a presença kulina na região do rio Ueré no início do século XX. Nas décadas de 1920-40, o SPI recebeu informações de seus funcionários ou de terceiros sobre os Kulina do Município de Carauari, região da TI Kulina do Rio Ueré. A partir da década de 1980, indigenistas de organizações missionárias iniciaram levantamentos sobre os Kulina no Rio Juruá que evidenciaram as graves consequências de meio século de migrações forçadas sofridas pelos Kulina do médio e baixo daquele rio. Inseridos no sistema extrativista, foram reduzidos à condição de mão-de-obra barata, com perda do equilíbrio da agricultura de subsistência e crescente dependência dos patrões. Relatos apontam ainda para a exploração sexual de mulheres, disseminação de doenças como o sarampo, alcoolização induzida pela troca de cachaça por produtos, perseguições, fugas constantes e homicídios, compondo um quadro de violência estrutural. A reconstrução histórica evidencia que a mobilidade compulsória levou grupos a atravessarem áreas de terra firme entre os rios Xeruá, Pauini e Purus. A ocupação histórica do rio Ueré resultou desses deslocamentos de famílias que, ao longo de décadas, transitaram entre o alto, médio e baixo Juruá. Os Kulina historicamente se distribuíam ao longo das margens de rios e igarapés afluentes dos rios Juruá e Purus, concebendo-se como unidades endogâmicas "donas" desses cursos d'água, o que hoje se configura como subgrupos. Na Terra Indígena Kulina do rio Ueré as pessoas, majoritariamente, se identificam como membros dos subgrupos "tucano araçari" e "onça". A ocupação do rio Ueré reflete uma combinação entre subgrupos, estruturada por memórias de violência e cosmologias específicas, mas também por estratégias de sobrevivência e afirmação territorial.

II - HABITAÇÃO PERMANENTE:

A terra indígena Kulina do Rio Ueré possui 257 habitantes, distribuídos em 43 casas e 58 famílias na aldeia Matatibem, às margens do Rio Ueré, afluente do Rio Juruá. A configuração da aldeia Matatibem, com a maioria dos habitantes da TI morando em uma única aldeia, é muito recente. Atualmente há apenas uma residência na TI Rio Ueré que não está localizada na aldeia Matatibem. O processo de ocupação permanente nesse território do rio Ueré foi consolidado por alianças entre subgrupos rivais, baseadas num modelo de territorialidade que opera por meio de alianças matrimoniais, conflitos, deslocamentos, práticas de feitiço e, sobretudo, cuidado com os territórios tradicionais. A ocupação contemporânea do Rio Ueré é fruto de um deslocamento histórico de famílias que transitaram entre o Alto, Médio e o Baixo Juruá em um percurso de décadas. A habitação no Rio Ueré tem início em uma aliança de casamento entre os subgrupos do Chico Cidade (Omaco) e do Ado, ambos originários do Alto Juruá, da região do Ridodo, Reconquista e Restauração. As respectivas famílias desceram o rio Juruá a partir da região do rio Gregório, Ipixuna e Penedo, no Alto Juruá, em 1935, chegando na região de Carauari em 1967. Após a morte de Chico Cidade em 1978, Ado saiu do Igarapé dos Canudos e foi morar no igarapé Taquara, onde passou pouco tempo até se deslocar para morar na Aldeia Velha, na TI Kulina do Rio Ueré. O grupo do Ado foi para o igarapé Taquara em 1981 e por volta de 1984 ou 1985 chegou à TI Kulina do Rio Ueré. O atual líder-tuxaua da TI Kulina do Rio Ueré, Edson (Edi), aponta o ano 1987 como a chegada do pessoal do Ado na região do rio Ueré, onde permanece até os dias atuais. Nesse percurso, passaram por vários seringais do Médio e Baixo Juruá, na região do rio Xeruá, Gaviãozinho, Igarapé do Índio, Santa Luzia, Canudos, Juruapuca, Joanico, Vai-quemquer, Breuzinho, Taquara, TI Kumaru e TI Rio Biá, até se fixarem de "modo definitivo", na região do rio Ueré, entre 1972 e 1985. Indigenistas do Conselho Indigenista Missionário estimam que os Kulina estavam no rio Ueré entre 1972 e 1977. A equipe indigenista coletou dados do próprio Ado sobre sua chegada na região de Carauari. O pessoal do Ado fugia tanto das frentes colonizadoras como dos conflitos com o povo Huni-Kuni (Kaxinawa) e com o pessoal do Chico Cidade. Já a aldeia Matatibem, com a maioria dos habitantes da TI morando em uma única aldeia, é recente, tendo recebido esse nome do antigo seringal do Sr. Nestor, ocupante não indígena que morava no local. No que diz respeito aos critérios de ocupação territorial, a relação que os Kulina estabelecem com o lugar onde moram ou onde moraram tem como pano de fundo o arcabouço da mobilidade. Não se trata de uma relação de lucro, posse ou propriedade, mas sim de vínculo com "quem ficou no local". Um Kulina vivo sempre retorna a esses territórios, onde ficam os mortos, as plantas cultivadas e os seres extra-humanos, como o rami (associado a um cipó de uso ritual). O roçado é onde se perpetuam plantas especiais, como o rami. Os cemitérios são locais onde se perpetua a vida após a morte em um patamar inferior ou invisível. E roçados e cemitérios têm relação, pois o primeiro é o local privilegiado dos sepultamentos, tornando-se rotas para o mundo subterrâneo quando mortos são sepultados no local. Entre os principais critérios históricos e culturais de ocupação territorial, localização e permanência das aldeias, estão: a divisão dos Kulina em subgrupos que se diferenciam a partir da relação com determinados locais; a forte relação histórica entre os subgrupos Kulina e as bacias hidrográficas, pois os subgrupos estão concentrados em determinados igarapés; a relação histórica entre os tributários do rio Juruá e a definição dos subgrupos; a concepção de que a terra ocupada é o espaço habitado por seus ancestrais e pelos seres extra-humanos, de modo que os rios, igarapés e lagos são rotas de acesso privilegiado ao mundo subterrâneo dos parentes mortos; a concepção de que os roçados, onde se enterram os mortos, se tornam rotas de acesso ao mundo subterrâneo dos parentes mortos quando pessoas são sepultadas. Foi nesse contexto que, na década de 1980, o grupo de Ado se fixou no Ueré.

III - ATIVIDADES PRODUTIVAS:

A economia dos Kulina é organizada em torno da autonomia relativa de cada grupo doméstico, que constitui uma unidade produtiva e de consumo. Essa autonomia se expressa no manejo articulado de áreas de caça, pesca, coleta e cultivo, que, além de garantir a subsistência, sustentam a reprodução cultural. A ocupação territorial, marcada por movimentos constantes de mobilidade, gera alterações populacionais na aldeia, mas mantém a lógica de uso múltiplo e complementar do território. As atividades produtivas seguem a sazonalidade e a disponibilidade dos recursos naturais, compondo um ciclo anual que regula a caça, a pesca, o extrativismo vegetal e a agricultura. Essa diversidade assegura a alimentação básica das famílias, enquanto a aquisição de produtos industrializados na cidade complementa a economia tradicional. Apesar desse contato com o mercado, os Kulina do rio Ueré não estão subordinados a padrões exploradores de sua mão de obra ou recursos, como no passado. Sua base econômica continua firmemente ancorada na aldeia. Os homens assumem tarefas ligadas à caça, pesca, derrubada e preparo do roçado, construção de casas e confecção de instrumentos, assegurando a provisão de proteína animal e infraestrutura. As mulheres, por sua vez, desempenham papel central na agricultura, no processamento dos alimentos, na coleta de frutos e na fabricação da caiçuma, atividades que articulam subsistência cotidiana e sociabilidade ritual. No que diz respeito aos ciclos ecológicos do inverno e do verão amazônico, os Kulina se organizam de forma que, durante o inverno, as famílias concentram-se nas atividades de pesca em igarapés e remansos da parte central e sudeste da terra. Os Kulina realizam ainda acampamentos no início e fim do inverno, combinando pesca, caça e coleta. Além disso, há atividades ligadas ao plantio nos roçados de terra firme e capoeira, assim como a produção de farinha. Durante o verão, a dinâmica muda para a pesca nos lagos da região norte da terra, com acampamentos destinados à coleta de ovos de tracajá e pesca de bodó. No verão, as caçadas concentram-se nas restingas e varadouros próximos às aldeias, mostrando uma adaptação às condições do ambiente. As expedições de pesca Kulina são atividades caracterizadas como centrais tanto para a subsistência quanto para a sociabilidade. São mais intensas na quando baixam as águas dos rios e igarapés e se formam lagos propícios à atividade. Nessa época, famílias deslocam-se para as margens dos lagos e do rio Ueré, onde erguem acampamentos temporários, permanecendo por dias em atividades de captura, preparo e consumo de pescado e quelônios. No que se refere à atividade de caça entre os Kulina, seguindo o mesmo padrão amazônico, é intensificada no inverno, quando os animais se concentram nas restingas e áreas secas, facilitando a captura. Essa prática é predominantemente masculina, e desde cedo os meninos sejam ali socializados, confeccionando arcos e flechas e exercitando-se próximos às aldeias. As áreas mais valorizadas para caça de grande porte - como antas, queixadas, veados, caititus e macacos - situam-se nas nascentes dos igarapés e do rio Ueré, onde ocorrem os barreiros (locais de solo argiloso ricos em sais minerais, frequentados pela fauna). No plano simbólico, a caça, sobretudo dos queixadas, transcende a dimensão alimentar e se torna elemento constitutivo da reprodução cultural, pois a carne compartilhada no grupo doméstico constitui parentesco, produzindo laços de sangue, carne (ime) e alma (tabari). A agricultura também desempenha papel central na reprodução física e cultural dos Kulina, constituindo-se em elemento estruturante da sua etnoecologia. Os roçados são espaços de produção, memória e rituais, sendo revisitados e reocupados, denotando a continuidade do vínculo territorial. Há três tipos de áreas produtivas: roçados de terra firme (em mata virgem ou capoeira), roçados de praia (em áreas de várzea) e os quintais agroflorestais, enriquecidos com frutíferas e espécies de uso cultural. A macaxeira e a mandioca assumem posição central na dieta e nos rituais, transformadas em caiçuma, beijus e farinha. O zelo com as plantas e a retomada de antigos roçados revelam uma concepção de território marcada por continuidade histórica, cuidado ambiental e vínculos espirituais, elementos que reforçam a legitimidade da ocupação permanente do rio Ueré como território tradicional. A ocupação agrícola dos Kulina na região do rio Ueré demonstra a profundidade histórica e a sua permanência no território. As imagens Landsat revelam uma profusão de roçados dispersos pela calha do Ueré em décadas anteriores, com diferentes blocos que acompanham a localização da atual comunidade Matatibem, estendendo-se também para as cabeceiras. Esse padrão de ocupação agrícola é revelador da lógica kulina de mobilidade sem abandono: os grupos podem se deslocar, mas nunca deixam de manter vínculos com os territórios cultivados, os cemitérios e as presenças extra-humanas, como o Rami, que habitam e guardam esses espaços. As práticas de coleta e extrativismo vegetal entre os Kulina demonstram, ainda, que sua ocupação territorial abrange uma relação contínua e estruturante com a mata, compreendida como o espaço exterior à aldeia de onde se extraem alimentos, materiais de construção, utensílios, medicina e recursos rituais. Essa forma de uso e manejo territorial assegura a reprodução física e cultural do povo, ao mesmo tempo em que garante a preservação ambiental, na medida em que as práticas extrativistas são de baixa intensidade e orientadas pela lógica do equilíbrio e da continuidade.

IV - MEIO AMBIENTE:

As áreas imprescindíveis às atividades produtivas, ao uso e conservação dos recursos naturais essenciais à reprodução física e sociocultural do povo Kulina são o eixo fluvial do Rio Ueré e suas adjacências, uma vez que TI Kulina do Rio Ueré abrange a bacia do rio Ueré, lagos e igarapés associados, além de cabeceiras de outros rios como o Tefé e o Tapauá, importantes como zonas de refúgio ambiental. A pesca é a principal fonte de proteína diária e o Rio Ueré é tradicionalmente conhecido como local de muitos matrinxãs, peixe extremamente apreciado. A região norte, nordeste e noroeste concentra os lagos de tamanhos variados e com abundância de peixes, sendo utilizados para expedições e acampamentos de pesca no verão. O Lago Scuriju é um local de relevância econômica e simbólica. Já a região central e sudoeste possui dezenas de afluentes e poços ao longo do Rio Ueré, sendo utilizada principalmente no período de inverno. As atividades de caça garantem a subsistência e a realização de importantes rituais culturais. As áreas preferidas são as nascentes dos igarapés e do Rio Ueré (alto Ueré), onde se encontram barreiros (locais argilosos com sal apreciados por animais de grande porte como antas, queixadas e veados). Os varadouros de caça estão concentrados na porção norte, nordeste e noroeste da TI. O Igarapé Matrinxã é um território sagrado e local de morada do tocorime, o "dono da caça". A coleta de recursos vegetais também é fundamental para a reprodução física e cultural, envolvendo múltiplas espécies. Os principais pontos de coleta seguem o fluxo fluvial do Rio Ueré e as florestas mais próximas da aldeia. As aldeias e moradias antigas são locais importantes pela presença de buritizais e açaiçais, que complementam a dieta. O cipó rami tem extrema importância cultural e se localiza na Restinga da Seringueira, que é protegida e habitada pelo ser extrahumano Rami. Por fim, as áreas de refúgio da vida silvestre e de proteção ambiental, designada pelos Madija como "lugar dos bichos estarem", são essenciais para a conservação e sustentabilidade do território a longo prazo. A preservação é uma forma de manter a boa relação com os "donos da caça" (tocorime). Esta área corresponde a toda a parte leste do território, incluindo as cabeceiras do Rio Tefé e de um afluente do Rio Tapauá. Esta é a parte do território com maior extensão de terra firme. Não há ocupação ou pressão agroextrativista nesta área de refúgio, o que permite que funcione como um habitat matriz para muitas espécies, garantindo o fluxo genético e a conectividade dos ambientes. Os principais conflitos se originam da presença de não indígenas, muitos deles residentes em Carauari, que utilizam os recursos naturais do Rio Ueré sazonalmente ou como base para atividades comerciais. No mesmo sentido há atividades de caça predatória que podem ameaçar a integridade física dos Kulina, pois os invasores fazem uso de armadilhas letais (armas de fogo caseiras) deixadas na floresta, que colocam em risco a vida dos Kulina, impedindo-os de andar tranquilamente no próprio território para caçar ou coletar. A extração ilegal de madeiras nobres, principalmente para a fabricação e comercialização de canoas, é realizada por exploradores chegam a trafegar pelo rio durante a madrugada para evitar serem vistos pelos Kulina. Os próprios Kulina reiteram como fundamental incorporar todo o complexo dos lagos da região, a saber: lago Ueré, lago Comprido, Redondo, Pacu, Camaleão, Paraná das Cruzes e principalmente o lago Scuriju, que são imprescindíveis para a preservação dos recursos necessários ao seu bem-estar econômico e cultural.



V - REPRODUÇÃO FÍSICA E CULTURAL:

O censo completo de junho de 2022 registrou 257 habitantes, 43 casas e 58 famílias na TI Kulina do Rio Ueré. Os dados históricos disponíveis na região do Rio Ueré apontam para um crescimento constante da população no território, com 57 pessoas em 1990 e 257 em 2022. No que se refere às principais causas de mortalidade, a questão da vulnerabilidade do grupo foi destacada, uma vez que há registros de homicídio, suicídio, afogamento e alcoolismo. Esses fenômenos ocorrem nas trajetórias de diversas famílias na TI Kulina do Rio Ueré, revelando um envolvimento em tragédias frequentemente relacionadas às frentes de violência histórica e atuais. As doenças para os Kulina estão associadas ao descuido com os territórios sagrados dos seres invisíveis (tocorime) que habitam a terra indígena em locais visíveis apenas aos xamãs, de modo que a cosmologia é intrinsecamente ligada ao território. Segundo a cosmologia nativa, há planos que são visíveis, como o plano terreno, habitado pelos Kulina, e outros invisíveis, como o patamar subterrâneo, localizado abaixo da terra, que é o local por excelência das almas e dos parentes mortos, que se transformam em tocorime queixada. O vínculo com o território é materializado na ocupação e uso de áreas que também servem como portais e moradas também para esses seres extra-humanos. Do ponto de vista cultural e simbólico, as áreas de terreiro/roçado/cemitério são sagradas, pois roçados e áreas de sepultamento tornam-se rotas de acesso ao mundo subterrâneo, quando os mortos são sepultados ali. E o ato de plantar e sepultar é crucial para construir o vínculo afetivo e histórico com o território, mantendo a memória dos antepassados. Há ainda as plantas como o cipó rami, que é utilizado no ritual de mesmo nome e na preparação de pajés, de grande importância cultural. É na Restinga da Seringueira que mora o ser extra-humano Rami, guardião do território. Os rios, lagos e igarapés também são concebidos como rotas naturais para o mundo subterrâneo dos mortos, sendo que a sua preservação é que garante a vida de todos os seres e evita a ira dos seus respectivos "donos", ou seres com potencial de causar doenças ou feitiços. O Remanso Poço de Ouro e o Lago Sucuriju também são moradas de seres extra-humanos. Outros locais tais como o Igarapé Matrinxã, o território do "dono da caça", e as cabeceiras do Igarapé do Paraíso são moradas do "dono da friagem", exigindo determinados cuidados. E o longínquo Igarapé do Mamori é conhecido por conter potes velhos, indicando a existência de um sítio arqueológico. A relação desses locais com a situação atual é de suma importância, pois o descuido com os territórios sagrados dos tocorime é associado a doenças, caracterizando o cuidado com esses territórios como uma questão de saúde e conhecimento para os Kulina.

VI - LEVANTAMENTO FUNDIÁRIO:

O levantamento fundiário de ocupações não indígenas incidentes na área delimitada seguiu as diretrizes estabelecidas no artigo 231 da Constituição Federal, no Decreto nº 1.775/1996, nas Portarias MJ nº 14/1996 e nº 2.498/2011 e na Lei nº 14.701/2023. O trabalho envolveu a análise dos aspectos dominiais, jurídicos, socioeconômicos e territoriais, a partir da consolidação de dados de bases fundiárias oficiais e de informações coletadas em campo pelo Grupo Técnico (GT) instituído Portaria Funai nº 1.246, de 29 de novembro de 2024 (DOU de 4 de dezembro de 2024), alterado pela Portaria de Pessoal Funai nº 58, de 27 de janeiro de 2025 (DOU de 31 de janeiro de 2025). Foram realizadas reuniões técnicas da Funai os membros do Grupo Técnico (GT) e representantes dos entes federativos envolvidos. A TI Kulina do Rio Ueré encontra-se em uma região marcada pela presença de outras unidades territoriais, como a Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Estadual Uacari e a Floresta Estadual não destinada Glebas Francisco Orellana e Rio Tefé. A RDS Uacari, criada em 2005, apresenta uma interação significativa com a área em estudo, com uma sobreposição territorial de 87.217 hectares (32,3% da área em estudo apresenta sobreposição à RDS), o que evidencia potenciais conflitos de uso e gestão do território. Parte norte da Terra Indígena Kulina do Rio Ueré se sobrepõe às duas glebas citadas acima. A ausência de destinação formal facilita, em tese, a consolidação jurídica da TI Kulina do Rio Ueré, uma vez que não há outros usos públicos legalmente instituídos que colidam com a reivindicação indígena. Além dessas categorias, foram identificados 40 (quarenta) cadastros de imóveis rurais vinculados ao CAR-PCT (Povos e Comunidades Tradicionais) no Sistema de Cadastro Ambiental Rural (Sicar), localizados dentro dos limites da proposta da Terra Indígena Kulina do Rio Ueré. Dentre esses registros, 4 (quatro) apresentam correspondência nominal com os levantamentos fundiários realizados em campo. Na coleta de dados in loco, foram identificadas 28 (vinte e oito) ocupações não indígenas inseridas na área em estudo. A maioria dos imóveis apresenta caráter de ocupação permanente, com presença de residências fixas, indicando vínculos estáveis com o território. A situação fundiária predominante é a posse, seguida por arrendamento e, em menor número, usufruto. As moradias destinam-se, em sua maioria, à subsistência, fundamentada em atividades como agricultura, extrativismo e pesca. Por fim, foram constatados 40 (quarenta) cadastros de imóveis rurais no Sicar e 1 (um) no Sigef privado, totalizando 65 (sessenta e cinco) ocupações não indígenas na TI. Dentre elas, 4 (quatro) são recorrentes, por terem sido identificadas tanto no CAR quanto em campo. Eis o quadro demonstrativo de ocupações não indígenas:

Nº	Nome do Ocupante	CPF/RG	Localidade	Nome do Imóvel	Município
1	Deusimar Gregorio Matos	Sem Informação	Sacado do Ueré	Deusimar	Carauari
2	Ocupação Temporária - Extração de Madeira	Sem Informação	Sucuriju	Sem Informação	Carauari
3	Rosineide Albano dos Santos	Sem Informação	Sucuriju	Poço Da Helena	Carauari
4	Ocupações Temporárias (04) Para Pescaria	Sem Informação	Sucuriju	Sem Informação	Carauari
5	Davi Alves da Silva	442.***.032-87	Médio Rio Ueré/ Igarapé Santarém	Sítio Alves	Carauari
6	Marcos Guimaraes de Menezes	030.***.462-94	Médio Rio Ueré/ Igarapé Santarém	Sítio Dhafiny	Carauari
7	Pedro Lopes de Menezes	Sem Informação	Médio Rio Ueré/ Igarapé Santarém	Sítio Deus É Fiel	Carauari
8	Italo Guimaraes	Sem Informação	Médio Rio Ueré/ Igarapé Santarém	Bom Futuro	Carauari
9	Francisco Flavio	Sem Informação	Médio Rio Ueré/ Comunidade Formosa	Casa 01	Carauari
10	Irani Faustine de Paula	Sem Informação	Médio Rio Ueré/ Comunidade Formosa	Casa 02	Carauari
11	Antônio Ferreira Lima	Sem Informação	Médio Rio Ueré/ Comunidade Formosa	Casa 03	Carauari
12	Juliana Lima da Silva	Sem Informação	Médio Rio Ueré/ Comunidade Formosa	Casa 04	Carauari
13	Genilda Cruz de Lima	Sem Informação	Médio Rio Ueré/ Comunidade Formosa	Casa 05	Carauari
14	José Cruz de Lima	Sem Informação	Médio Rio Ueré/ Comunidade Formosa	Casa 06	Carauari
15	Lucas da Cruz Lima	Sem Informação	Médio Rio Ueré/ Comunidade Formosa	Casa 07	Carauari
16	Adriana Souza de Lima	011.***.192-28	Médio Rio Ueré/ Comunidade Formosa	Casa 08	Carauari

17	Sidiney Cruz de Lima	Sem Informação	Médio Rio Ueré/ Comunidade Formosa	Rio Casa 09	Carauari
18	Welinton Da Silva de Lima	779.***.582-15	Médio Rio Ueré	Sítio Do Bola	Carauari
19	Jonas Pereira Mendonça	054.***.232-94	Médio Rio Ueré	Sítio Do Jonas	Carauari
20	Jonas da Cruz Lima	019.***.452-24	Médio Rio Ueré	Sítio Açai	Carauari
21	Francisco Ferreira Lima	Sem Informação	Médio Rio Ueré	Sítio Bacaba	Carauari
22	Raimundo Henrique de Araujo	648.***.102-59	Comunidade Ueré	Porto Do Gavião	Carauari
23	Edniel Cruz Lima	Sem Informação	Tucunaré	Sem Informação	Carauari
24	Conhecido Como Pinguçu	Sem Informação	Tucunaré	Sem Informação	Carauari
25	Raimundo Antonio Silva de Castro	648.***.102-59	Alto Rio Ueré	São Luiz	Carauari
26	Noe Pereira Mendonça (Invalidado)	039.***.992-64	Rua do Puiá, 46	Sítio Vovô Mendonça	Carauari
27	Francinando Gomes de Souza/ Indeterminado	831.***.832-91	Boca do Rio Ueré	Sítio Família Souza	Carauari
28	Leo Rodrigues Silva/Comunidade Zabreu	020.***.459-54	Baixo Rio Ueré	Sítio Isabella	Carauari
29	Adelaor Fernandes de Faria	005.***.312-91	Margem do Rio Ueré - Tapaua Am	Matrinchão - Parcela 4	Tapauá
30	Adelaor Fernandes de Faria	005.***.312-91	Margem do Rio Ueré	Matrinchão - Parcela 2	Tefé
31	Adriano Silva de Castro	044.***.752-95	Rua Lucas dos Anjos	Campino	Carauari
32	Aldemir Ferreira Alves	185.***.402-04	Rua Emitácio Cavalcante	Sem Denominação	Carauari
33	Alice Souza da Silva	074.***.262-00	Rua Francisca Bertoso da Silva	Sítio Alves	Carauari
34	Amazon Esg Holding Ltda	05.3***.001-24	Rio Tapauá	Tapauá Amazon Esg	Tapaua
35	Antonio Aldemir Barbosa da Silva	016.***.872-64		Família Silva	Carauari
36	Antonio Francisco Guimarães Menezes	072.***.672-63	Bc Raimundo Paixão	Sítio Dhafiny	Carauari
37	Antonio Gleison Feitosa de Lima	705.***.332-18	R Gavião	Sítio Boa Vista	Carauari
38	Antonio Monteiro da Silva	604.***.542-34	Rua Alfredo Marques	Samaúma-Pé Da Terra	Carauari
39	Boaventura Fernandes Figueira	073.***.952-20	Rua Arcanjo Pessoa	Sem Denominação	Carauari
40	Carlito Maciel de Lima	724.***.022-04	Rua Luiz Catole	Sem Denominação	Carauari
41	Domingos Savio Castro Figueira	041.***.962-14	Rua Lucas dos Anjos	Sítio São Domingo	Carauari
42	Drauzio Antonio Medeiros	589.***.878-87	Avenida das Flores	T D Anacleto	Tefé
43	Eliezio Ribeiro de Oliveira	725.***.532-68	Rua Joao Bosco	Sem Denominação	Carauari
44	Feliciano de Brito Correia	820.***.992-68	Sacado	Sem Denominação	Carauari
45	Fernando Gregorio Serrao	037.***.222-25	Rua Lucas dos Anjos	Sítio Amazonas	Carauari
46	Francisco das Chagas Lauriano Neres	683.***.732-87	Cm Lago do Futuro	Sítio Cajueiro	Carauari
47	Francisco Gomes Lopes	284.***.812-34	Rua do Flamengo	Sem Denominação	Carauari
48	Francisco Moura de Souza	564.***.452-15	Rua Duque de Caxias	Sem Denominação	Carauari
49	Francisco Negrão de Azevedo	637.***.102-04	R Lago Preto	Paraíso	Carauari
50	Izaqueu Monteiro da Silva	989.***.982-87	Jose Rodrigues De Amorin	Capoeira Do Cumpu	Carauari
51	João Paulo Moura Serrao	072.***.782-18	Rua Floriano Peixoto	Sítio Deice	Carauari
52	João Souza Soares	867.***.372-68	Rua Senador Alvaro Maia	Sem Denominação	Carauari
53	João Victor do Carmo Azevedo	705.***.642-70	R Lago Preto	Igarapé Do Chico	Carauari
54	Jose Francisco da Silva E Silva	654.***.502-15	Et Gavião	Sítio Nova Esperança	Carauari
55	Joycy da Silva	062.***.032-70	Rua André Costa Pereira	Porto Gavião	Carauari
56	Jucelino Lopes Castro	161.***.432-87	Lucas dos Anjos	Santarém	Carauari
57	Larissa Gomes de Araújo	044.***.242-23	Rua Canamari	Sítio Vovô Mendonça	Carauari
58	Luiz Carlos Henrique Gomes	628.***.982-49	Rua Antônio Paixão	Sítio Jatobá	Carauari
59	Matheus Soriano da Silva	100.***.712-08		Sítio Soriano	Carauari
60	Paulo Wanderley Cardoso Viana	159.***.172-20	Rio Tapaua	Tapauá Amazon Esg	Tapauá
61	Raimundo Robeiro de Lima	076.***.652-34	Rua Arthur Sá	Sem Denominação	Carauari
62	Reserva de Desenvolvimento Sustentável De Uacari		Av. Mário Ypiranga	Reserva de Desenvolvimento Sustentável De Uacari	Carauari
63	Roberto Gomes Chaves	199.***.232-72	Rua São Jacob	Sem Denominação	Carauari
64	Vanessa Costa Barbosa	525.***.382-34	Rua Barão de Indaia	Fazenda Jandia	Tefé
65	Harmonia Empreendimentos (T D Anacleto Parte 1)	01.6***.001-00			



VII - CONCLUSÃO E DELIMITAÇÃO:

A Terra Indígena Kulina do Rio Ueré abrange a bacia hidrográfica do Rio Ueré, no município de Caruaru, e porções nos municípios de Tefé e Tapauá, todos no Estado do Amazonas. O polígono de delimitação perfaz uma área aproximada de 274.526 hectares, dos quais mais de 160.000 dentro da Bacia do Ueré, 44 mil na planície aluvial (alagável) e 116 mil em terra firme. As pesquisas bibliográficas, históricas e os relatos dos Kulina durante a pesquisa de campo permitem demonstrar a antiguidade e continuidade da presença do povo Kulina (Madija) no Rio Juruá e em seus tributários de modo inquestionável. A partir do ciclo da borracha e do tempo das drogas do sertão, violências diversas foram praticadas contra os Kulina, incluindo as "correrias" ou ações de captura e extermínio de indígenas, escravidão, expulsão de territórios, rapto de mulheres e epidemias, o que forçou grandes deslocamentos de famílias e subgrupos inteiros. No que diz respeito ao Rio Ueré, dados da bibliografia, memória oral e imagens de satélite comprovam a habitação permanente da bacia do rio Ueré pelos atuais Kulina desde as décadas de 1970 e 1980, associada a uma grande mobilidade pela calha do Rio Juruá, decorrente de fatores culturais e da colonização da região. Há inclusive uma carta topográfica oficial do Ministério da Defesa - Exército Brasileiro que reconhece, pelo menos desde 2014, a região do Rio Ueré como Terra Indígena Kulina do Rio Ueré - Matatibem Os Kulina são pescadores, caçadores, coletores e agricultores tradicionais, de modo que áreas de floresta / terra firme da terra indígena e o complexo de rios, igarapés e lagos associados à confluência dos rios Ueré e Juruá são fundamentais para a realização de suas atividades produtivas de subsistência. Trata-se, portanto, de modo inquestionável, de terras ocupadas em caráter permanente pelos Kulina do Rio Ueré, utilizadas para suas atividades produtivas, imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições, levando-se em consideração o disposto no artigo 231 da Constituição Federal de 1988, os elementos técnicos reunidos pelo grupo técnico e a anuência da população indígena.

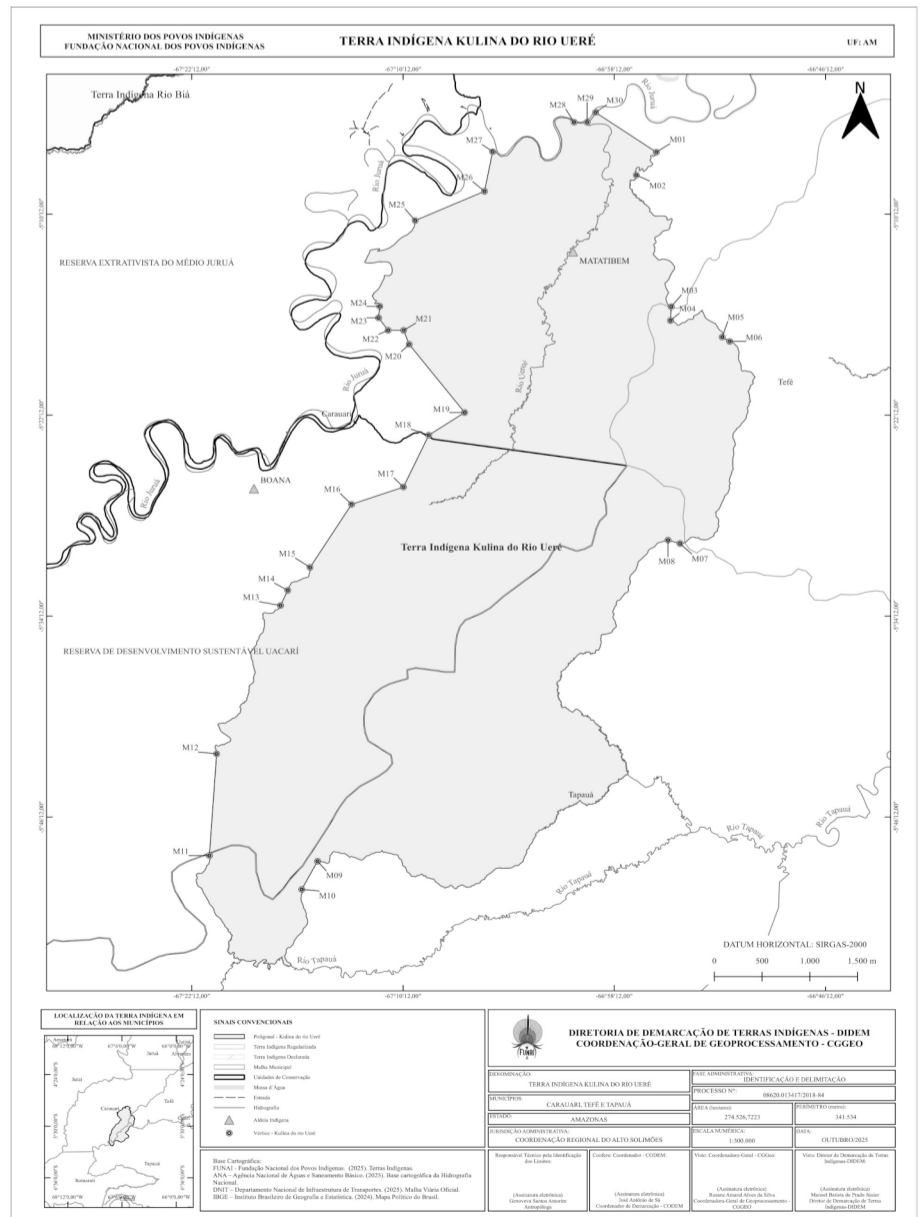
GENOVEVA SANTOS AMORIM - Antropóloga-coordenadora do Grupo Técnico Portaria n.º 649, de 19 de abril de 2023.

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se a descrição do perímetro no vértice M01 na desembocadura do Paraná Samaúma, no Sacado Samaúma, de coordenadas geográficas (Latitude e Longitude): 05°06'29"S e 66°56'12"WGr; segue pelo Paraná do Samaúma até encontrar o vértice M02 na desembocadura do Igarapé Samaúma, nas coordenadas geográficas 05°07'55"S e 66°57'04"WGr; daí segue pelo curso d'água do Igarapé Samaúma, até a última confluência de cabeceiras do Igarapé Samaúma, onde localiza-se o vértice M03 com coordenadas geográficas 05°15'43"S e 66°55'02"WGr; partindo desse ponto, segue a linha seca, até o afluente de cabeceira do Rio Cancho, no vértice M04 de coordenadas geográficas 05°16'34"S e 66°55'01"WGr; desce por esse braço e sobe na primeira confluência, até encontrar a cabeceira desse outro afluente de cabeceira do Rio Cancho, onde se localiza o vértice M05, sob as coordenadas geográficas 05°17'31"S e 66°52'05"WGr; daí, segue a linha seca até o vértice M06, de coordenadas geográficas 05°17'49"S e 66°51'40"WGr; deste, desce esse afluente, encontra o Rio Tefé, por onde desce até a confluência do Rio Repartimento e segue a linha seca até o vértice M07, num afluente de cabeceira do Rio Repartimento, com as coordenadas geográficas 05°29'53"S e 66°54'29"WGr; deste, segue a linha seca até o vértice M08, de coordenadas geográficas 05°29'38"S e 66°55'08"WGr; daí segue pelo afluente do Rio Tapauá, passando pelo vértice M09 nas coordenadas geográficas 05°48'50"S e 67°15'04"WGr; desta cabeceira, segue por linha seca até o vértice M10 com coordenadas geográficas 05°50'31"S e 67°15'58"WGr; daí, segue pelo afluente até o vértice M11, de coordenadas geográficas 05°48'29"S e 67°21'11"WGr; daí segue pela linha seca até o vértice M12, localizado numa confluência de cabeceiras do Rio Pauana, com coordenadas geográficas 05°42'25"S e 67°20'49"WGr; segue pelo igarapé até um pequeno afluente desse mesmo curso, e por ele sobe, até o vértice M13, de coordenadas geográficas 05°33'33"S e 67°17'09"WGr; deste, segue por linha seca até o vértice M14, localizado em outro afluente de cabeceiras do Rio Pauana, de coordenadas geográficas 05°32'38"S e 67°16'44"WGr; segue por linha seca passando pelo vértice M15, de coordenadas geográficas 05°31'16"S e 67°15'29"WGr; daí segue para o vértice M16, localizado em confluência de cabeceira de dois afluentes do Igarapé Pauapixuna, de coordenadas geográficas 05°27'32"S e 67°13'08"WGr; daí, segue por várias linhas secas com as seguintes coordenadas: o vértice M17 de coordenadas geográficas 05°31'16"S e 67°15'29"WGr; M18, de coordenadas geográficas 05°23'24"S e 67°08'46"WGr; M19, de coordenadas geográficas 05°22'01"S e 67°06'43"WGr; M20, de coordenadas geográficas 05°18'00"S e 67°09'50"WGr; M21, de coordenadas geográficas 05°17'10"S e 67°10'08"WGr; M22, de coordenadas geográficas 05°17'10"S e 67°11'02"WGr; M23, de coordenadas geográficas 05°16'23"S e 67°11'35"WGr; M24 de coordenadas geográficas 05°15'43"S e 67°11'31"WGr; daí, segue o curso de água até o Lago Juburi, até encontrar o escoaouro que liga com as águas do Lago Uati, seguindo pelas margens desse lago, até o vértice M25, de coordenadas geográficas 05°10'34"S e 67°09'32"WGr; daí, segue pelas linhas secas com as seguintes coordenadas geográficas: M26, de coordenadas 05°08'49"S e 67°05'35"WGr; M27, de coordenadas geográficas 05°06'29"S e 67°05'06"WGr; segue pelas margens do Rio Juruá os seguintes vértices com as seguintes coordenadas geográficas: M28, de coordenadas geográficas 05°04'44"S e 67°00'29"WGr; M29 de coordenadas geográficas 05°04'41"S e 66°59'42"WGr; M30, de coordenadas geográficas 05°04'05"S e 66°59'17"WGr; deste, segue a linha seca até o vértice M01, início deste perímetro.

Observações: 1- Dados cartográficos de referência para representação do perímetro deste memorial descritivo: SD.21-Z-A-1 - escala 1:100.000 - DSG - 1976.

2- As coordenadas geográficas da descrição do perímetro estão referenciadas ao Datum horizontal SIRGAS2000.



DESPACHO DECISÓRIO Nº 34, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2025

A PRESIDENTA DA FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS - FUNAI, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, em conformidade com o §º 7 do art. 2º do Decreto 1775/96, tendo em vista o Processo nº 08620.078023/2015-29 e considerando o Resumo do Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação de autoria do antropólogo Luciano Alves Pequeno, que acolhe, face às razões e justificativas apresentadas, decide:

APROVAR as conclusões objeto do citado resumo para, afinal, reconhecer os estudos de identificação e delimitação da Terra Indígena Pindó Poty (RS), de ocupação tradicional do povo indígena Guarani Mbyá, com superfície aproximada de 71 hectares (setenta e um hectares) e perímetro aproximado de 6,7 km, localizada no município de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul.

JOENIA WAPICHANA

ANEXO

RESUMO DO RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE IDENTIFICAÇÃO E DELIMITAÇÃO DA TERRA INDÍGENA PINDÓ POTY (RS)

Referência: Processo Funai n.º 08620.078023/2015-29. Denominação: Terra Indígena Pindó Poty (anteriormente denominada Lami). Superfície aproximada: 71,88 ha (setenta e um hectares e oitenta e oito ares). Perímetro aproximado: 6.688 m (seis mil, seiscentos e oitenta e oito metros). Localização: Município de Porto Alegre. Estado: Rio Grande do Sul. Povo Indígena: Guarani Mbya. População: 43 pessoas (Funai-GT-2022). Grupo Técnico multidisciplinar constituído pela Portaria n.º 1426, de 14 de novembro de 2012, complementado pela Instrução Técnica Executiva da Presidência da Funai (ITE) n.º 1731, de 21 de novembro de 2014, ITE nº 5317, de 07 de novembro de 2022 e, Portarias n.º 311/PRES, de 07/03/2018, e n.º 581/PRES, de 25 de abril de 2018, coordenado pelo antropólogo e servidor da Funai, Luciano Alves Pequeno.

I-DADOS GERAIS:

Os habitantes da Terra Indígena Pindó Poty se reconhecem como pertencentes ao povo, ou grupo étnico, Guarani, que por sua vez integra a família linguística Tupi-Guarani, do tronco linguístico Tupi. São todos falantes, como língua materna, do Guarani Mbya. No século XVI, quando dos primeiros encontros com os portugueses e espanhóis, grupos falantes de línguas Tupi-Guarani foram registrados ao longo de praticamente toda a costa atlântica, bem como na região compreendida pelo Rio da Prata e seus formadores, como os rios Uruguai, Paraná e Paraguai. Os Guarani Mbya possuem suas aldeias distribuídas em diferentes países, na região nordeste da Argentina, principalmente na Província de Misiones, no leste do Paraguai e, em todos estados do sul e sudeste do Brasil, exceto Minas Gerais, e em número reduzido, no norte do Brasil e no Uruguai. A presença Guarani na região que se tornou o sul do Brasil, conforme indicam as pesquisas em arqueologia, tem uma profundidade temporal de cerca de dois mil anos antes do presente. O litoral da região sul do Brasil, especificamente o Rio Grande do Sul, incluindo as planícies costeiras do Lago Guaíba, da Laguna dos Patos, bem como a Serra do Sudeste que tem a sua extremidade norte no município de Porto Alegre, integra este amplo território Guarani. Do final do século XVI até meados do XVIII, nas regiões banhadas pelas bacias dos rios Paraguai, Paraná e Uruguai, os padres da Companhia de Jesus ergueram junto aos indígenas o complexo missionário jesuítico-Guarani. No seu auge, era formado por trinta povos, núcleos populacionais em que se desenvolviam as atividades missionárias, dos quais sete deles situavam-se na região que se tornou o Rio Grande do Sul, então denominado pelos jesuítas de Província do Tape. A região missioneira sempre foi ocupada pelos Guarani e atualmente os Mbyá Guarani guardam na memória seu vínculo com as ruínas dos 30 povos das Missões, as sagradas aldeias de pedras definidas pela ideia de Tava Miri (São Miguel). A história das missões e os jesuítas foram incorporados e transformados pelas narrativas Mbyá, nas quais o jesuíta aparece como uma espécie de herói civilizador, o kesiut, os quais, segundo as narrativas Mbyá, tinham poderes especiais e auxiliaram os Guarani em suas andanças pelo mundo. As primeiras referências escritas sobre os Guarani Mbyá datam das últimas décadas do século XIX, quando se destacam dos genéricos Kaaygua ou Monteses, os que viviam nas matas na disputada tríplice fronteira entre o Brasil, a Argentina e o Paraguai. Registros históricos demonstram a extensa mobilidade dos Guarani neste amplo território, como parte integrante de sua organização social. Os movimentos Guarani (guatá) estão fundados na articulação entre relações sociais, políticas e econômicas que se atualizam na terra, no tekoa (lugar em que o modo de ser, estar, o sistema, a lei, a cultura Guarani Mbyá, tem condições de se desenvolver ou acontecer), atravessadas pelo sentido religioso. A mobilidade de recuos para espaços ainda livres do jugo colonial, como a chamada região do Mba'e Verá, associada no século XIX aos Ka'aygua ou Monteses, de onde emergem, no século XX, os Mbyá, em seus movimentos através das fronteiras nacionais e estaduais/provinciais que se consolidaram nos séculos XIX e XX. A mobilidade frequente entre aldeias, próximas e distantes espacialmente, constitui-se um aspecto central da territorialidade deste povo, que faz com que cada aldeia se integre numa rede multialdeã. Assim, uma terra em demarcação não é isolada, voltada para o benefício exclusivo das famílias que ali vivem num determinado período, mas passa a compor a paisagem Guarani de espaços possíveis de existência no amplo território deste povo. A história escrita e a memória oral, registram abundantemente a ocupação dos Mbyá no Rio Grande do Sul. As mais antigas aldeias Guarani no Rio Grande do Sul localizavam-se no interior de uma extensa zona de matas no noroeste do estado. Os registros de deslocamentos Mbyá no século XX ocorrem a partir das primeiras décadas, época em que estavam sendo preparados pelo governo estadual o terreno para a colonização de imigrantes europeus. A chegada dos imigrantes europeus provocou o deslocamento Guarani para vários lugares no Rio Grande do Sul e para outros estados. Grupos familiares Mbyá seguiram rotas de mobilidade através do noroeste gaúcho, alcançando, a partir dali diversos pontos no litoral brasileiro, como as aldeias do litoral de São Paulo. Na segunda metade da década de 1960, diversos grupos Mbyá, seguindo as rotas das migrações do início do século, estabeleceram-se na campanha gaúcha (região do rio Ibicuí), Lagoa dos Patos e litoral do Rio Grande do Sul. As escolhas dos Mbyá por áreas e terras específicas não é aleatória, pois sua circulação e ocupação são dirigidas por aspectos religiosos profundos através dos quais espaços tradicionais são "redescobertos". As áreas hoje ocupadas e reivindicadas nas margens do Lago Guaíba, como TI Pindó Poty (Lami), Itapuã, Cantagalo e Lomba do Pinheiro assentam-se sobre sítios arqueológicos Guarani com datações milenares, e se inserem nesta rota de movimentos e formações de aldeias que se destaca a partir da década de 1960.

II - HABITAÇÃO PERMANENTE:

Os Mbyá procuraram habitar e se sustentar em áreas de referência histórica para eles. Ocupam tradicionalmente locais de mata que ofereçam alguns recursos básicos, espaços físicos que, além de propiciar os recursos naturais que dão suporte às atividades de subsistência, é o espaço sobre o qual se realiza a vida social. Os espaços ocupados pelos grupos Mbyá sob orientação de seus líderes espirituais, reconhecidos como lugares revelados pelas divindades, são lugares onde se encontram as criações divinas e as condições ecológicas e topográficas para os Mbyá viverem e se reproduzirem na terra, segundo seu sistema, seu modo de ser. Estes locais são escolhidos pelos Mbyá, dentro de circunstâncias políticas e sociais específicas, a partir de suas memórias, das experiências passadas que guardam em sua história, passada de geração em geração através da oralidade. A área da TI Pindó Poty, reconhecida pelos Mbyá como um tekoa, ou seja, uma aldeia própria a seu modo de vida tradicional, foi, ao longo dos últimos 60 anos aproximadamente, por eles ocupada e dela retiraram seu sustento. A TI Pindó Poty é importante para muitos Guarani, não apenas os residentes na aldeia Pindó Poty, mas de outras famílias Guarani, no geral conectadas pelas redes de parentesco, que estão vinculadas de um modo ou de outro àquela terra indígena. Os moradores do Lami estão estreitamente ligados a uma rede de parentes de famílias Guarani de outras aldeias, como Cantagalo, Capivari (granja Vargas), Itapuã, Ponta da Formiga, Morro do Coco, Estiva, Lomba do Pinheiro e Rio Capivari, além de outras aldeias mais ao sul do Rio Grande do Sul, e estados como Santa Catarina e São Paulo. Entre essas aldeias há um trânsito entre as famílias numa rede de reciprocidade permanente. Se traçamos as rotas de deslocamento das pessoas Mbyá nessas diversas localidades, observaremos a configuração do território multilocal, característica do ethos Guarani. Há diversos relatos da presença e

